

1 **ATA Nº133.** Aos dezesseis dias do mês de abril de dois mil e dezoito, o Conselho Municipal de Saúde – CMS,
2 reuniu-se para sua trecentésima vigésima sexta plenária **ORDINÁRIA**, às quatorze horas, no auditório da
3 Secretaria Municipal de Saúde, 4º andar, Arena Condá. Estiveram presentes os conselheiros **TITULARES:**
4 Maristela Santi, Maysa Aita, Osmar A. de Oliveira, Gilberto José Mario, Erli Terezinha de Abreu, Tiago Zanella,
5 Nailde Brunetto, Roseli Santander, Ones Michelin, Aneto Spanhol, Izelda T. Oro, Elisonia Carin Renk, João Carlos
6 Figueira, Djalma Velho de Azevedo e conselheiros **SUPLENTEs:** Lidiana Piovesan, Gessiani F. Larentes, Jeane
7 Carla Mohr, Luis Fernando Gelati, Maira T. da Silva, Reani M. Lorenzetti e Jeane Barros de Souza Silva. Como
8 convidados estavam presentes membros do Observatório Social, a Gerente de Atenção Especializada, Leandra O.
9 Porto e acadêmicos da Universidade Federal Fronteira Sul e da UDESC. **Ordem do dia: 1. Discussão e**
10 **deliberação da Ata nº 131 e Ata nº 132; 2. Apresentação do Observatório Social; 3. Apresentação Termo de**
11 **Cooperação Técnica referente ao atendimento pré-hospitalar SAMU (USAs e UBs) – 6º Batalhão de**
12 **Bombeiros Militar; 4. Discussão e deliberação referente a alteração do modelo dos CAPS II em CAPS III; 5.**
13 **Discussão e deliberação sobre a desabilitação de 2 (dois) leitos pediátricos tipo I no HRO que passaram a ser**
14 **leitos pediátricos tipo II; 6. Discussão e deliberação da Programação Anual de Saúde; 7. Discussão sobre a**
15 **Portaria nº 1.138, de 23 de maio de 2014, “Define as ações e os serviços de saúde voltados para vigilância,**
16 **prevenção e controle de zoonoses e de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de**
17 **relevância para a saúde pública”;** 8. **Assuntos Gerais.** A presidente do Conselho Municipal de Saúde, Izelda
18 Oro, iniciou a reunião demonstrando preocupação quanto ao desmonte do Sistema Único de Saúde. A presidente
19 deu a palavra para que a conselheira Maysa convidasse os conselheiros sobre o evento da Semana Municipal de
20 Prevenção a Acidentes de Trabalho – VI SEMPAT, que esse ano terá como tema Trabalho em Altura e se realizará
21 no dia 19 de abril de 2018, no Centro de Eventos Plínio Arlindo de Nes, também informou que o quarto ponto de
22 pauta teve solicitação de retirada pela gestão e solicitou a leitura do quorum qualificado pela Sra. Elisonia Renk, 1ª
23 Secretária do CMS, dezenove conselheiros aptos a votar. Primeiro ponto de pauta: **Discussão e deliberação da Ata**
24 **nº 131 e Ata nº 132**, ambas aprovadas por unanimidade. A presidente ressaltou a importância da participação
25 popular nos setores públicos, e da necessidade de pessoas se envolverem em seus horários de folga do trabalho para
26 fazer o controle social na administração pública. A presidente informou sobre uma solicitação de pauta pela gestão
27 para deliberação do Conselho Municipal de Saúde sobre um Termo de Cooperação Técnica entre a Associação
28 Hospitalar Lenoir Vargas Ferreira e a Secretaria Municipal de Saúde. A presidente comunicou aos conselheiros
29 sobre um Despacho da 13ª Promotoria de Justiça de Chapecó, recebida pelo Conselho Municipal de Saúde, sobre o
30 convênio de repasse de R\$ 300.000,00 ao Hospital Regional do Oeste, que não foi submetido pelo Conselho
31 Municipal de Saúde, nem a prestação de contas do referido convênio, que segundo o Ministério Público caracteriza
32 improbidade administrativa pela gestão municipal. A presidente salientou que o conselho formulará uma resposta
33 para a promotoria, mas lembrou que tudo que entra no Fundo Municipal de Saúde, independente de qual for a
34 origem, deve ser levado para a aprovação do Conselho Municipal de Saúde. Quanto ao sexto ponto de pauta a
35 presidente informou que ficará para discussão em outro momento, pois deverão ser chamadas duas reuniões
36 extraordinárias uma para discutir o Relatório de Gestão 2017 e a Programação Anual de Saúde 2018 e outra para
37 discutir o Termo de Cooperação Técnica entre a Associação Hospitalar Lenoir Vargas Ferreira e a Secretaria
38 Municipal de Saúde. A presidente falou que um ponto de pauta importante para esse ano, que é a cedência do
39 hospital Santo Antonio para a Unimed. A presidente agradeceu ao secretário de saúde a colaboração quanto a
40 cedência de documentos e informações solicitadas pela comissão de prestação de contas. Segundo ponto de pauta:
41 **Apresentação do Observatório Social.** O Sr. Armelindo Carraro iniciou a apresentação explicando que os
42 Observatórios Sociais – OSB, no Brasil, são fruto da iniciativa de pessoas livres da sociedade Brasileira, que
43 resolveram transformar o seu direito de indignar-se em atitude efetiva e direta, para combater a corrupção e
44 estimular a cidadania, a ética, a Educação Fiscal e a Transparência. Explicou que é um espaço democrático e
45 apartidário que reúne o maior número de entidades representativas da sociedade civil, atuando na defesa dos
46 Direitos do cidadão, pela qualidade na gestão pública e pelo critério dos gastos públicos por meio do
47 monitoramento das licitações municipais e ações pontuais de conscientização através do voluntariado de pessoas
48 das mais diversas profissões, visando contribuir para a eficiência da Gestão Pública. A Rede OSB é composta de
49 126 Observatórios em 16 Estados, atuando com Metodologia Padronizada, é a maior Rede em articulação da
50 sociedade civil com mais de 3 mil voluntários envolvidos, mais de R\$ 2 bilhões economizados, em 5 anos (acima
51 de R\$ 400 milhões a cada ano), informou ainda que existem 29 OS em Santa Catarina. Sr. Armelindo informou
52 que o OS/Chapecó foi fundado em 2015 e é filiado a REDE OSB que é uma entidade apartidária sem fins
53 lucrativos, em forma de associação, mantida pela sociedade, com sede e foro na Cidade de Chapecó-SC, regido
54 pela Lei 9.790/99 e pelas disposições legais aplicáveis, CNPJ 23.226.105/0001-69, e atua em consonância aos
55 Princípios, a Metodologia, a carta de identidade e ao Código de Conduta do programa de Compliance da rede
56 nacional OSB. Sua missão é contribuir para o controle social na aplicação dos recursos públicos e para a
57 promoção de uma sociedade ética e cidadã, por meio de práticas transparentes e apartidárias. Sua visão é ser
58 reconhecido pela sociedade de Chapecó como agente de monitoramento da aplicação correta e consciente dos
59 recursos públicos. Seus valores são: consciência Cidadã, comportamento ético, equidade, honestidade, respeito,

60 sinceridade, transparência. Sr. Armelindo apresentou os cinco eixos de atuação: monitoramento das contas públicas
61 (desde o Edital até a entrega dos Produtos e Serviços. Observando os Princípios da Economicidade, Razoabilidade,
62 Qualidade, Zelo, Etc.); transparência (Lei 12.527/2011(Acesso a informação); cidadania (conscientização para a
63 Mudança de postura da Sociedade no exercício de seus direitos); educação fiscal (demonstrando a importância
64 social e econômica dos tributos e a necessidade do cidadão acompanhar a aplicação dos recursos públicos gerados
65 pelos impostos); capacitação das empresas (estimula a participação das empresas nos processos licitatórios de
66 forma ética e transparente; Aumenta a concorrência, a qualidade e reduz o preço nas compras públicas; Inibe a
67 formação de cartel e combinações; Gera mais emprego e renda e reduz a informalidade). Sr. Armelindo explicou
68 que os OS atuam nos setores: executivo, legislativo, judiciário, instituições sustentadas com recursos públicos, na
69 sociedade com campanhas de conscientização dos cidadãos; no monitoramento das compras públicas; no
70 acompanhamento das entregas; nas perícias em obras públicas; no monitoramento da merenda escolar; na produção
71 legislativa (projetos, prestação de contas, diárias e salário de vereadores, etc.; cargos
72 comissionados/contratos/convênios; nos gastos com locação de imóveis; monitorar contratos de limpeza, coleta de
73 lixo, estacionamento rotativo, sistema de sinalização de trânsito, iluminação pública, concessões e terceirizações;
74 monitoramento de concursos públicos; evitar nomeação de vereadores em cargos de confiança. Sr. Armelindo
75 explicou que os próximos itens ainda não estão implantados, mas o OS pretende colocar em prática em breve:
76 compra e controle de medicamentos; monitoramento do Almoxarifado Central; melhorar a eficiência no
77 atendimento ao cidadão. Sr. Armelindo explicou que a metodologia usada pelo OS/Chapecó compreende três
78 passos: 1º Passo - Ação Preventiva envolvendo o Gestor Público (ou quem promove a licitação): o OS analisa,
79 identifica indícios de irregularidades, informa e cobra providências; o OS realiza pesquisa de preços no mercado e
80 compara com os praticados nos editais. 2º passo - Ação Corretiva envolve a Câmara de Vereadores: o OS
81 comunica inconformidades já relatadas ao Gestor Público e cobra providências. 3º passo envolve o Ministério
82 Público ou outros órgãos de controle e fiscalização: o OS comunica e aguarda abertura de procedimentos
83 investigativos. Informou que o OS possui 09 comissões de trabalho com 82 voluntários: Planejamento, Informática,
84 Monitoramento da Produção Legislativa, Engenharia e Construções, Acompanhamento de entregas, Licitações,
85 Jurídica, Contábil e Finanças, Comunicação. Sr. Armelindo ressaltou que na comissão de acompanhamento de
86 contas públicas, no período de maio de 2016 a abril de 2018, foram emitidos 251 ofícios e 239 certames
87 acompanhados, 01 anulação de edital, 14 capacitações, 49 apresentações do OS, 64 reuniões da diretoria, 17
88 encontros para Desenvolvimento do Planejamento estratégico, 8 Termos de Cooperação Assinados, 02
89 Participações em Encontros Nacional dos Observatórios Sociais e 02 participações no 15º Feirão do Imposto. A
90 Comissão de acompanhamento de entrega de produtos e serviços possui 12 voluntários, é feita uma escala por
91 produtos ou serviços e feito relatórios e acompanhamentos. O Projeto Obra Transparente é desenvolvido pela
92 Transparência Brasil e financiado pelo UNDEF (Fundo das Nações Unidas para a Democracia) com parceria com
93 a Rede OSB (através de 22 Observatórios), especificamente em Chapecó-SC o Projeto terá apoio também da
94 AEAO (Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Oeste). O Projeto Obra Transparente contempla o
95 monitoramento de Obras de Escolas e Creches construídas com recurso do FNDE (Fundo Nacional de
96 Desenvolvimento da Educação) e é baseado em três eixos: Editais, Obras e Fraudes. Os Observatórios tem o apoio
97 de uma Câmara Técnica (Engenharia e Jurídica), serão feitos levantamento de dados feito através do site do SIMEC
98 (Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle) e posteriormente confrontado com dados da Prefeitura
99 (Secretarias de Educação e Obras). Também é feito o monitoramento em obras de asfalto, corpo de prova recolhido
100 pela Prefeitura de Chapecó, os técnicos da Prefeitura retiraram amostras para testes de granulometria e teor de
101 betume. Sr. Armelindo explicou que foram feitos reparos no asfalto da Av. João Martins em 19/01/2017 com o
102 acompanhamento do OS Chapecó – Comissão de Engenharia e Construções. Sr. Armelindo informou que são
103 oferecidos cursos e palestras on line com o tema formação para cidadania. Mostrou que os tipos de corrupção
104 podem se apresentar de forma Sistêmica que é a grande corrupção pública de políticos/governo/grandes
105 empresários/judiciário, Endêmica que é a corrupção privada cotidiana (pequenos atos ilícitos antiéticos e
106 desonestos como aceitar troco errado, furar a fila, comprar carteira de habilitação, produtos piratas, estacionar em
107 vaga de PNE, jogar lixo na rua, etc.) e Sindrômica que é da má gestão e burocracia, vícios e cultura que
108 contaminaram o sistema/leis que não conversam entre si, má gestão das Licitações, se combate através de maiores
109 controles e procedimentos nos serviços públicos e privados. A má gestão das Licitações se combate através de
110 maiores controles e procedimentos nos serviços públicos e privados. Sr. Armelindo afirmou que o combate à
111 corrupção deve começar pelos municípios pois é onde compete aos Cidadãos e Cidadãs serem partícipes da
112 Administração Pública em benefício do Bem Comum pois os Municípios são a base de um País decente, como
113 sonha a maioria honesta do povo e qualquer cidadão, entidade, empresa, clubes de serviço, associações, sem
114 vínculo político partidário, pode ser voluntário do Observatório Social. Finalizou informando o nome das entidades
115 cooperadas: ACIC, SICOM, CDL, SAC, UNOESC, UNOCHAPECÓ, SICOOB e Associação Chapecoense de
116 Futebol e as entidades mantenedoras: ACIC, SICOM, CDL, SICOOB, SOMAR, Associação Chapecoense de
117 Futebol e voluntários. O conselheiro João se apresentou dizendo que é conselheiro desde 2012 e parabenizou o
118 trabalho do Observatório Social e perguntou se existe uma legislação que ampare as fiscalizações feitas pelo OS e

119 quem apoia financeiramente essas ações. Sr. Armelindo mostrou ao conselheiro João, na apresentação, quem são as
120 entidades mantenedoras financeiramente do Os e salientou que, em nível de Brasil, são muitas entidades
121 mantenedoras que contribuem e garantiu que nenhuma ação do OS é feita sem amparo legal. O Sr. Armelindo
122 explicou como é gerada a economia direta e indireta com o trabalho de fiscalização do OS, deu alguns exemplos de
123 como foram identificadas ilegalidades nas lixeiras e containers colocados nas ruas e convidou aos conselheiros para
124 assistir a prestação de contas do OS que acontece quadrimestralmente. A conselheira Nailde questionou o poder do
125 OS para interferir nas licitações e o Sr. Armelindo informou que o OS é fruto da participação social da população,
126 não possui o poder de punir ou de proibir determinada ação do poder público, mas pode fiscalizar as denúncias e
127 emitir relatório enviando para o poder público, para a câmara de vereadores e para o Ministério Público. A
128 presidente Izelda agradeceu a apresentação do Observatório Social e lembrou que a diretoria do Conselho
129 Municipal de Saúde solicitou ao prefeito Luciano Buligon que não nomeasse vereadores para o cargo de Secretário
130 de Saúde. Terceiro ponto de pauta: **Apresentação Termo de Cooperação Técnica referente ao atendimento pré-**
131 **hospitalar SAMU (USAs e UBs) – 6º Batalhão de Bombeiros Militar. O Capitão Anderson**, subcomandante do
132 6º Batalhão de Bombeiros Militar, e responsável pela coordenadoria de atendimentos pré-hospitalares, iniciou a
133 apresentação sobre a aproximação entre o corpo de Bombeiros e o SAMU. Cap. Anderson explicou que no
134 momento a corporação está assumindo o SAMU estadual e confessou ainda não saber como ocorrerá a transição
135 completa mas informou que está caminhando para uma definição de aperfeiçoamento do sistema para que em
136 determinado momento seja assumido os serviços do SAMU municipal também. Cap. Anderson informou que o
137 Cel. João Batista, que é o gestor do SAMU na corporação, se prontificou também a vir até o Conselho Municipal
138 de Saúde para apresentar todo o trâmite legal da transição. Cap. Anderson apresentou as falhas do sistema atual
139 como por exemplo porta de entrada no sistema onde o usuário se depara com a dúvida se chama os bombeiros ou o
140 SAMU. Cap. Anderson mostrou que a integralização do sistema ocasionará uma melhora no atendimento pois o
141 usuário ligará para uma central de regulação única. Outro inconveniente que acontecia era que muitas vezes a
142 ambulância do SAMU e a ambulância dos Bombeiros se deslocavam para fazer o mesmo atendimento, com a
143 central única de regulação isso também não ocorrerá mais. Cap. Anderson informou que atualmente são oito
144 centrais de regulação e o objetivo é centralizar em uma única central de regulação médica e salienta que não haverá
145 prejuízo para a população quanto a qualidade dos serviços. Cap. Anderson informou que serão criados protocolos
146 rápidos para atender as demandas. Salientou ainda que as Unidades Básicas do SAMU ainda não estão integradas
147 pois deverá haver um interesse dos municípios em aderir a essa integralização através de convênios. Cap. Anderson
148 informou que será priorizada a reconstrução de todos os profissionais que já atuam no SAMU. Cap. Anderson
149 mostrou as vantagens do município em integrar os serviços e a proposta de convênio que é similar a que foi firmada
150 pelo município de Florianópolis. Encerrada a apresentação a presidente abriu espaço para perguntas dos
151 conselheiros. O secretário Nédio falou da experiência de aproximação entre SAMU e Bombeiros no município de
152 Xanxerê e afirma que funciona muito melhor com a unificação e a forma de disciplinar o serviço e se depender do
153 gestor de Chapecó, após análise do convênio que será proposto, provavelmente haverá adesão. Cap. Anderson
154 salientou que a corporação quer adequar o serviço a realidade regional. O conselheiro João parabenizou e afirmou
155 que compartilha a simpatia quanto a experiência de Xanxerê, pois também acompanhou a integração dos serviços
156 nesse município. A Prof^a Liane Coliseli contou sua experiência quando solicitou atendimento para sua mãe, mas
157 como a paciente possuía convênio de saúde complementar nem o SAMU e nem os Bombeiros puderam transportá-
158 la ao hospital particular, somente poderiam levar a paciente até o Hospital Regional e questionou como ficará essas
159 situações, mas admitiu que a Unimed deveria ter ambulância para transportar seus pacientes, porém não possui esse
160 serviço e os usuários ficam desprovidos desse atendimento. Cap. Anderson explicou que no passado o Corpo de
161 Bombeiros fazia esse transporte para hospitais públicos e privados, o que era vantajoso para os planos privados pois
162 manter uma ambulância com estrutura se torna muito caro para os planos, por ordens do Ministério Público esse
163 transporte do Corpo de Bombeiros foi regulamentado para o paciente ser transportado apenas para os hospitais
164 públicos. Agora com essa integração com o SAMU vai ser reavaliado como será feito esse transporte. A presidente
165 considerou que os planos de saúde devem prestar todo o atendimento necessário aos seus clientes, e considerou que
166 a Unimed recebeu todos os bens da Fundação Hospitalar Santo Antonio quando assumiu o hospital, que na época
167 era público e passou a ser privado. O conselheiro João sugeriu que os planos de saúde venham até o Conselho
168 Municipal de Saúde para apresentar suas propostas quanto a esse assunto pois a discussão é bem mais ampla. O
169 conselheiro Osmar afirmou que não há diferenciação entre o atendimento público e o privado no Hospital Regional
170 do Oeste e que é utilizado o Cartão Nacional de Saúde para todos os pacientes. A conselheira Maira salientou que
171 quando se regula o serviço de saúde do SUS o gestor determina quais são as portas de entrada para os serviços mas
172 é importante lembrar que tanto os usuários dos serviços públicos quanto os usuários dos serviços privados tem
173 direito ao SUS. A presidente afirmou que o Conselho Municipal de Saúde fará essa discussão juntamente com a
174 Promotoria Pública. O conselheiro Gilberto lembrou que os planos de saúde apresentam os contratos para seus
175 usuários e se não constar o atendimento de urgência e emergência nos contratos os planos não são obrigados a
176 prestarem esses atendimentos. Quinto ponto de pauta: **Discussão e deliberação sobre a desabilitação de 2 (dois)**
177 **leitos pediátricos tipo I no HRO que passaram a ser leitos pediátricos tipo II.** A apresentação do ponto de pauta

178 foi realizada pela auditora do setor de Controle, Avaliação e Auditoria da SESAU, Sra. Claudia Massignam
179 Stakonski, que explicou que a Resolução do CMS nº 199, de 01/06/2017 aprovou o credenciamento de cinco leitos
180 em UTI pediátricos, tipo II, no Hospital Regional do Oeste a fim de garantir a exposição de riscos dos pacientes
181 que requerem assistência e no dia 27 de março de 2018 a Portaria MS nº 784 habilitou esses leitos tipo II, mas para
182 que o recurso possa ser repassado de forma correta a Secretaria de Saúde terá que desabilitar dois leitos de UTI
183 pediátrica tipo I e três leitos de UTI adulto tipo I, pois esses cinco leitos passarão a ser tipo II e essa desabilitação é
184 necessária para evitar a duplicidade de pagamento. A diferença entre os leitos de UTI pediátrica tipo I e UTI
185 pediátrica tipo II é que as de tipo dois tem mais equipamentos e são mais completas que as de tipo um. O
186 conselheiro João sugeriu que quando houver a capacitação para os novos conselheiros estes conteúdos deverão
187 constar na programação. Nessa mesma perspectiva o conselheiro Osmar sugeriu fazer um dia somente no hospital
188 para os conselheiros conhecerem a rotina. Após alguns questionamentos que visaram o esclarecimento do processo
189 foi aprovado por unanimidade pelos conselheiros a desabilitação de 02 (dois) leitos UTI pediátricos tipo I e 03
190 (três) leitos UTI adultos tipo I, no Hospital Regional do Oeste e será oficializada conforme resolução do conselho
191 Municipal de Saúde. O sexto ponto de pauta: **Discussão e deliberação da Programação Anual de Saúde**, a
192 presidente informou que no dia 23 de abril haverá uma reunião extraordinária para discutir somente a Programação
193 Anual de Saúde 2018 e o Relatório de Gestão 2017, sendo que antes disso a Comissão de Normas deverá se reunir
194 para analisar os documentos. A conselheira Gessiani explicou que a comissão de normas já reuniu-se na semana
195 anterior para analisar a Programação Anual de Saúde, os conselheiros já receberam a documentação por e-mail e
196 lembrou que a Programação Anual é um recorte do Plano Municipal de Saúde que foi discutido e amplamente
197 debatido em fórum do Conselho Municipal de Saúde e vários segmentos da sociedade civil. A conselheira Jeane
198 informou atualmente a forma de repasse dos recursos financeiros do Ministério da Saúde são realizados em dois
199 blocos. Se no orçamento municipal não tiver a previsão orçamentária, não pode ser executado despesas na meta. O
200 conselheiro João sugeriu que seja feita uma reunião extraordinária para apresentar a Programação e depois outra
201 para aprovar. A conselheira Gessiani falou que haverá uma reunião com a comissão e estará aberta a participação
202 dos conselheiros que quiserem participar. A reunião será realizada na sexta-feira, dia 20, com o objetivo de avaliar a
203 Programação Anual de Saúde. O mesmo intento, solicita que todos os conselheiros façam a leitura do documento e
204 anotem suas considerações para esclarecimentos na plenária. O conselheiro João acredita que não haverá quorum
205 para a extraordinária. A presidente ressaltou a importância da leitura dos documentos, anotação das considerações
206 e comparecimento na reunião extraordinária. A conselheira Maira sugeriu que quem não puder participar da reunião
207 da comissão de normas que mande suas sugestões por e-mail e que os conselheiros esforcem-se para vir na
208 extraordinária para garantir o quorum. A presidente propôs que o município apresente a cada quatro meses as ações
209 que foram realizadas. A presidente solicitou ao secretário de saúde Nédio que seja apresentada a demanda
210 reprimida das cirurgias. Ficou definida a reunião com a Comissão de Normas para o dia 20 de abril de 2018, no
211 período da tarde e os conselheiros que se dispuseram a participar como colaboradores foram: Maira, Gilberto,
212 Elisonia e Roseli. Não houve tempo para discutir o sétimo ponto de pauta: **Discussão sobre a Portaria nº 1.138,**
213 **de 23 de maio de 2014, “Define as ações e os serviços de saúde voltados para vigilância, prevenção e controle**
214 **de zoonoses e de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde**
215 **pública”**, que ficará para uma próxima reunião. A plenária foi encerrada e eu, Sonia Scussiato, secretária executiva
216 do Conselho Municipal de Saúde, lavrei a presente ata.